

Ofício nº 20/2018-DEJUR

Carambeí, 08 de Março de 2018.



Câmara Municipal de Carambeí - PR
PROTOCOLO GERAL 0000059

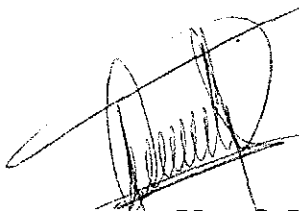


Data: 09/03/2018 Horário: 15:18
OFÍCIO 20/2018 ENC PL 10/2018

Excelentíssimo Presidente:

Vimos através do presente, enviar a esta Casa de Leis, o Projeto de Lei que, tem por finalidade revogar o artigo 52 da Lei Municipal nº. 572/2008, alterada pela Lei Municipal nº. 634/2008.

Na oportunidade, aproveitamos o ensejo para renovar votos de estima e consideração.



OSMAR JOSÉ BLUM CHINATO
PREFEITO MUNICIPAL

Exmo. Sr.

DIEGO JOSINO XAVIER DE MACEDO

M.D.PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

NESTA CIDADE

PROJETO DE LEI Nº /2018

Súmula: Revoga-se o artigo 52 da Lei Municipal nº. 572/2008, alterada pela Lei Municipal nº. 634/2008.

A Câmara Municipal de Carambeí, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Revoga-se o artigo 52 da Lei Municipal nº. 572/2008, alterada pela Lei Municipal nº. 634/2008.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CARAMBEÍ
EM 08 DE MARÇO DE 2018.



OSMAR JOSÉ BLUM-CHINATO
PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA - PROJETO DE LEI Nº /2018

O presente projeto de lei tem por objetivo revogar o artigo 52 da Lei Municipal nº. 572/2008, alterada pela Lei Municipal nº. 634/2008, que dispõe acerca da base de cálculo de adicional de insalubridade

Insta frisar que, o direito a percepção de adicional por insalubridade, além da Consolidação das Leis do Trabalho, também está prevista no art. 7º, XXIII, da CF/88, que determina: *Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; (BRASIL, 2013, p. 12).*

Igualmente, para a efetiva caracterização da insalubridade, além da previsão taxativa na NR-15, é necessária a realização de perícia por conhecedor técnico, em função do art. 195 da CLT, que determina: *Art. 195 A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrada no Ministério do Trabalho. (BRASIL, 2013, p. 812). Art. 192 da CLT, a insalubridade pode ser fixada pelo perito em grau mínimo, médio ou máximo, logo, é certo que o empregado tem direito à percepção de 10%, 20% ou 40%, respectivamente.*

Em relação a regulamentação da matéria, no que diz respeito a base de cálculo, a Constituição Federal de 1988, determinou que lei posterior definiria os demais requisitos para a aplicação do adicional de insalubridade, contudo, até a presente data, não houve a criação de nenhuma norma reguladora para tal dispositivo.



A título de esclarecimento, no que se refere a divergência da base de cálculo, situava-se quanto à base salarial a qual tais percentuais devem incidir para a apuração do valor que deveria ser recebido diante da exposição aos agentes insalubres.

Com o advento da CF/88, houve a vedação da utilização do salário mínimo como base de cálculo, conforme art. 7º, IV.

Intensificou-se a discussão doutrinária e jurisprudencial com o crescente número de demandas trabalhistas acerca do tema.

A partir disso, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante nº.4, publicada em 09/05/2008, com a finalidade de regulamentar o mencionado mandamento constitucional, no entanto, tal dispositivo trouxe ainda mais discussões, pois dispôs que *“salvo os casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial”*.

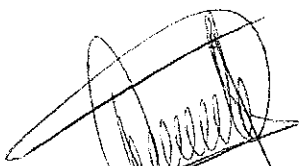
Por deixar de existir a base de cálculo com a edição da súmula, novamente o STF se pronunciou, reconhecendo a repercussão geral da matéria no RE 565.714/ SP, manifestando-se: *EMENTA: Reconhecida a repercussão geral do tema constitucional relativo à possibilidade de o adicional de insalubridade ter como base de cálculo o salário mínimo, tendo em vista o disposto no art. 7º, inc. IV, da Constituição da República. Relevância jurídica caracterizada pela divergência jurisprudencial. Transcendência aos interesses das partes configurada, pois a solução a ser definida por este Tribunal balizará não apenas o regime remuneratório dos servidores públicos, como, também, a disciplina adotada pela Consolidação das Leis do Trabalho para o adicional de insalubridade devido nas relações por ela regidas. (STF, Plenário Virtual, RE 565714 RG/SP, Min. Rel. Cármen Lúcia, julg. 02/02/08, DJ 21/02/08).*



Por fim, o Supremo Tribunal Federal fixou entendimento adotando uso do salário mínimo nacional (teoria da *"declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade"*), no que é acompanhado atualmente pelo TST, de forma majoritária: *BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE*. NA RECLAMAÇÃO Nº 6.266/STF, O MINISTRO GILMAR MENDES ESCLARECEU QUE O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVE CONTINUAR SENDO CALCULADO COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO, ENQUANTO NÃO SUPERADA A QUESTÃO DA NÃO RECEPÇÃO DA VINCULAÇÃO POR MEIO DE LEI OU DE AJUSTE COLETIVO. ASSIM, INEXISTINDO LEI NOVA OU NOTÍCIA DE REGULAÇÃO ESPECÍFICA.

Desta forma, até a edição de lei federal que venha a regulamentar o pagamento do adicional de insalubridade, a sua base de cálculo continuará sendo o salário mínimo.

Assim sendo, certos de que o Legislativo assim como o Executivo tem como desígnio convencionar de forma organizada o objeto do presente projeto de lei, é que estamos convictos da concordância dos nobres legisladores com ulterior aprovação do mesmo.



OSMAR JOSÉ BLUM CHINATO
PREFEITO MUNICIPAL